

Política

CONSTITUINTE

VOTAÇÃO HOJE, COM OU SEM ACORDO.

Havia quórum ontem, mas as lideranças decidiram adiar para hoje o início da votação do segundo turno, para tentar um acordo. Mas garantem: com ou sem ele, começam a votar.

As lideranças partidárias decidiram adiar para hoje o início das votações do segundo turno na Constituinte, para tentar chegar, antes, a algum acordo. A decisão, resultado de várias reuniões, foi comunicada em plenário pelo presidente da Assembleia Nacional, deputado Ulysses Guimarães. "Para amanhã (hoje) teremos mais de 320 votos assegurados e isso nos dá mais tranquilidade", confidenciou o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), para quem a votação será realizada hoje, com ou sem acordo.

Ulysses — que chegou ao plenário apenas às 15h50, quando a sessão estava marcada para as 13h30 — explicou que o segundo turno envolve "matérias complexas, que dividem muito, tanto interna quanto externamente, as quais precisam ser tratadas com cuidado". Mesmo assim, fez a verificação de presença e encerrou a sessão. Segundo o painel eletrônico, 420 constituintes estavam na Casa.

As avaliações eram contraditórias: uns acreditavam que desses 420 constituintes 290 eram voto certo na aprovação do projeto, outros confirmavam apenas 280 ou mes-

mo apenas 250 votos favoráveis. Para o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nélson Jobim, a melhor decisão foi mesmo o adiamento. Ele não queria correr o risco de ver o projeto derrotado ou aprovado por uma margem apertada de votos (o mínimo necessário era 280). Mas Jobim garantiu que o PMDB estará presente hoje para votar independentemente dos resultados dos entendimentos.

Na primeira reunião de ontem o deputado Nélson Jobim avaliou com as esquerdas o número de votos que cada partido possuía para aprovação do projeto. Como a previsão era de que apenas 400 parlamentares estariam em Brasília, logo começaram os entendimentos para o adiamento.

A seguir, Jobim se reuniu com o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e com os deputados José Lins e Inocêncio Oliveira, ambos do PFL, além de Luiz Roberto Ponte, do PMDB e integrante do Centrão. Lins entregou oficialmente a Jobim a lista com os 40 pontos que o PFL, PDS e o PTB desejavam negociar. O tamanho da lista assustou: até então acreditava-se que eram apenas 15 os pontos a serem analisados.



Decisão: tentar um acordo.

Luiz Roberto Ponte sugeriu que se aprovasse o projeto em bloco e que se estabelecesse uma semana para votação dos pontos que precisam ser alterados, quando

haveria esforço concentrado, com presença maciça dos constituintes. A idéia foi bem recebida, mas nada ficou decidido sobre isso.

Depois, foi a vez do PDS se reunir, sob a liderança do senador Jarbas Passarinho, enquanto o PFL também discutia o assunto, coordenado pelo deputado José Lourenço. As duas reuniões tiveram o mesmo resultado: não votar o projeto em bloco sem que houvesse, antes, uma negociação. Amaral Neto, líder do PDS na Câmara, queria mesmo um prazo de 48 horas para os entendimentos, mas não foi atendido.

Entre os pronunciamentos feitos na sessão de ontem da Constituinte, vários condenaram "as pressões do Palácio do Planalto" e as "ameaças de golpe contra a Constituinte". Para o relator Bernardo Cabral, as manobras para torpedear a Constituinte são articuladas "por aqueles que não acreditam na conclusão dos seus trabalhos, o que vai acontecer o mais rápido possível". Cabral queria que o projeto fosse colocado em votação ontem mesmo, alegando que os ausentes deveriam responder pelo seu comportamento perante a opinião pública.